

NOTA À IMPRENSA

Grandes Opções do Plano 2015-2018 | Orçamento Municipal 2015

Gestão sustentável e atenção ao espaço público são prioridades para 2015

Num ano de 2015 em que as dificuldades financeiras continuarão a condicionar a ação da Câmara, a atenção ao espaço público e à mobilidade estará na linha da frente das preocupações do executivo

A Assembleia Municipal de Sines aprovou, no dia 5 de dezembro, por maioria, com os votos a favor do PS e contra do SIM, CDU e PPD/PSD, as Grandes Opções do Plano para 2015-2018 e o Orçamento Municipal para 2015. No contexto de quebra de receitas que a autarquia atravessa e de incerteza sobre os fundos do próximo quadro comunitário de apoio, os novos documentos provisionais do município foram orientados para os objetivos de prosseguir a consolidação orçamental e de introduzir medidas que valorizem o território e melhorem os serviços prestados potenciando os recursos existentes.

O montante do Orçamento Municipal para 2015 é de 27 milhões 838 mil e 700 euros, significativamente inferior aos orçamentos de 2014 (-19%) e de 2013 (-38,5%). Como explicou o presidente da Câmara, Nuno Mascarenhas, na Assembleia Municipal, a elaboração deste orçamento foi condicionada por “variadíssimos constrangimentos”. Um desses constrangimentos foi a inclusão da dívida de 2014 que tem de transitar para 2015 porque a autarquia não arrecadou este ano qualquer verba de derrama devido a um erro da Autoridade Tributária, que fez transferências excessivas em 2013. Também influenciaram a elaboração do orçamento a inclusão de retenção de fundos oriundos do Orçamento de Estado por força do incumprimento da redução dos pagamentos em atraso de 2012, o pagamento dos compromissos assumidos anteriormente em programas como o PREDE, o PAEL e o Pólis e várias normas restritivas que decorrem do novo regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 75/2013).

Nestas circunstâncias, o executivo municipal procurou elaborar um “orçamento rigoroso, nomeadamente ao nível da receita, visando a manutenção de uma gestão orçamental prudente, equilibrada e sustentável”. Não obstante todos estes constrangimentos, assinalou o presidente da Câmara, foi ponto de honra salvaguardar “o essencial dos apoios sociais, dos protocolos estabelecidos com as instituições, os compromissos assumidos com os fornecedores e a proteção dos trabalhadores municipais”.

As Grandes Opções do Plano 2015-2018 contêm uma lista de investimentos estruturantes que, sublinhou Nuno Mascarenhas, a autarquia procurará concretizar de forma “criteriosa” e tendo sempre como fator determinante a existência de comparticipação comunitária, sem a qual muitos deles são, na conjuntura atual, impossíveis de realizar.

A lista de investimentos que o executivo pretende candidatar aos fundos comunitários traduz uma postura de realização de obra pública assente na reabilitação e requalificação, ou seja, no aproveitamento e na melhoria do que já existe. Assim, obras como a reabilitação do mercado municipal, do antigo edifício dos Correios, do Centro Recreativo Sineense e do parque de merendas são consideradas objetivos a atingir se existirem verbas nos próximos três anos. A requalificação da Rua Marquês de Pombal, a reabilitação da estrada S. Torpes - Porto Covo (com construção de ciclovia), a reabilitação e expansão da ZIL II e a reabilitação urbana dos Bairros 1.º de Maio e Soeiro Pereira Gomes são outras obras que o executivo pretende lançar se o novo



MUNICÍPIO DE SINES

quadro comunitário de apoio disponibilizar verbas para executá-las sem comprometer o equilíbrio financeiro da autarquia e a realização das pequenas intervenções de proximidade.

A par de uma política de investimentos baseada no realismo e na avaliação a cada momento do que é possível fazer face aos recursos disponíveis, o executivo pretende reforçar a ação planeada no espaço público. Para isso, irá elaborar uma Carta de Qualificação do Espaço Público e Imagem da Cidade, que definirá modos de intervenção tendo em vista enquadrar as ações de recuperação urbana. A mobilidade e a acessibilidade serão prioridades, começando pela implementação do projeto RAMPA (eliminação de barreiras arquitetónicas e outras), pela criação de novos itinerários para transporte público municipal (fazendo-o chegar à periferia da cidade) e pela elaboração de um Plano de Mobilidade e Transportes. Também como contributo para a qualidade de vida urbana, a autarquia procurará aumentar as zonas verdes existentes, criar uma zona de hortas comunitárias e continuar a melhorar a limpeza pública e a recolha de resíduos. Juntamente com a Junta de Freguesia, a Câmara está a procurar encontrar uma solução para a criação de um canil e gatil. No trabalho de planeamento e ordenamento do território, a prioridade será a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal.

Quanto aos programas e iniciativas a realizar nas várias áreas do desenvolvimento social e humano, aplicam-se os mesmos constrangimentos financeiros que se aplicam à realização de obras e intervenções no espaço público. Manter os apoios ao movimento associativo, à população carenciada e à comunidade educativa será a principal preocupação do executivo. Depois, procurará tornar mais sustentáveis os projetos de mérito já existentes (ex. Escola das Artes do Alentejo Litoral e Festival Músicas do Mundo), dinamizar os equipamentos desportivos e culturais (em parceria com os agentes locais) e organizar um calendário de eventos com valor reprodutivo para o concelho, ou seja, que anime a cidade e Porto Covo, projete a sua imagem e estimule a economia. Na solidariedade e ação social, mantém-se o objetivo de promover a criação da Rede do Medicamento de Sines - Farmácias Solidárias, um programa de cedência de medicamentos para doentes em situação de carência económica emergente. Na política de juventude, espera-se que a instalação recente do Conselho Municipal da Juventude dê, a partir de 2015, um novo impulso à participação dos jovens e à realização de novas atividades. Uma medida específica pensada para os jovens será a revisão do regulamento de atribuição de bolsas de estudo para aumentar o número de alunos abrangidos por este apoio.

No desenvolvimento económico, a Câmara Municipal continuará a assumir uma “atitude proativa na atração de empresas” e a participar na criação de soluções para as empresas já instaladas que necessitem do seu apoio. Será implementado um plano de requalificação e expansão da ZIL 2 e reforçada a capacidade do Gabinete de Apoio ao Empresário, de modo a desempenhar um papel mais relevante no apoio às empresas, nomeadamente na preparação de candidaturas ao próximo quadro comunitário. A autarquia participará também no projeto intermunicipal de uma feira anual de emprego e atividades económicas a realizar rotativamente em cada município do Alentejo Litoral. No turismo, o mar continuará a ser o principal recurso a explorar, nomeadamente através da promoção de eventos ligados à gastronomia e às atividades náuticas. A criação do novo parque de campismo de Sines deverá concretizar-se em 2015, na sequência do trabalho desenvolvido em 2014 pela autarquia junto da empresa adjudicatária do direito de superfície do lote e em ajustes introduzidos ao planeamento da zona.

Na área do ambiente, é objetivo da Câmara avançar para uma nova fase do projeto GISA Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente, abrangendo também agora a qualidade das águas subterrâneas. Quanto à ETAR da Ribeira dos Moinhos, o presidente garantiu que a Câmara Municipal continuará a lutar pela sua requalificação tecnológica ou pela criação de uma nova unidade. A melhoria do funcionamento da ETAR de Porto Covo é outro objetivo fixado nas Opções do Plano.



MUNICÍPIO DE SINES

Na área da proteção civil, além da revisão dos planos existentes e da realização de exercícios e simulacros, a autarquia pretende implementar um sistema de segurança nos estabelecimentos escolares sob sua responsabilidade.

Outra das preocupações fundamentais da gestão municipal será melhorar a prestação de serviços aos munícipes. A criação do Balcão Único, que irá simplificar e acelerar o atendimento à população, associada a um novo site municipal assente na disponibilização de serviços online, está no topo das prioridades da ação do município já em 2015. Pretende-se igualmente melhorar o plano de formação profissional para os trabalhadores do município.

POSIÇÕES DA OPOSIÇÃO NA CÂMARA

As propostas de Orçamento e GOP foram aprovadas pela Câmara Municipal no dia 31 de outubro, com os votos a favor do PS e contra do SIM e da CDU. Estes são os resumos das posições da oposição no órgão executivo do município.

SIM

Da apreciação que fazemos dos documentos apresentados pelo executivo PS (que não admitiu qualquer proposta ou sugestões de alteração apontadas pelo Movimento SIM), consideramos que os mesmos não refletem uma estratégia coerente e sólida, nem apresentam a mínima garantia de capacidade financeira para os executar.

No PPI, é de realçar o baixíssimo valor de investimento que se encontra previsto para 2015. Conjugando esta previsão com o igualmente baixo nível de execução do PPI de 2014, parece-nos que esta situação configura um desinvestimento no desenvolvimento do concelho.

O alegado “cenário de dificuldade financeira e o crescente somatório de surpresas” é argumento que não colhe para justificar a incapacidade de execução revelada no 1.º ano de mandato, já que cerca de 36 das medidas propostas não implicam qualquer custo.

Na verdade, o atual executivo, arauto da mudança, limitou-se em 2014 a dar continuidade aos projetos já desenvolvidos pelo anterior executivo.

De destacar que, em algumas das áreas “bandeira” do PS, como é o caso da qualidade de vida urbana, todas as medidas previstas em 2014 transitam para 2015 por ausência de execução. Em alguns casos, é criado um projeto “chapéu”, ao qual é atribuída uma dotação avultada, sem que se entenda a sua razão de ser, na medida em que o importante é avançar para os projetos específicos de cada intervenção.

Na Saúde e Ambiente, manifestamos o nosso profundo desacordo pelo abandono do projeto GISA.

Manifestamos também a nossa discordância pelo “aparente” abandono do projeto de uma nova ETAR para servir a cidade, pois apenas está previsto investimento para 2017.

No que se refere às Candidaturas a Fundos Comunitários, questiona-se as funções a atribuir aos antigos correios e Centro Recreativo Siniense e o montante de investimento de 2 milhões de euros para a Reabilitação do Mercado Municipal, sem garantia de financiamento e sem discutir a intervenção no quadro do plano estratégico da cidade.

No que se refere à Valorização dos Recursos Humanos, verifica-se um total desfasamento entre as intenções e as dotações atribuídas.

Assim, tendo em conta a ausência de visão estratégica, o “abandono” de projetos fundamentais e a consagração de outros, cujo enquadramento, objetivos e financiamento não são clarificados, as vereadoras do SIM expressam o seu voto contra as GOP e Orçamento Municipal para 2015.



MUNICÍPIO DE SINES

CDU

A análise efetuada deste orçamento foi norteadada pelo que a CDU, no nosso ponto de vista, se constitui como a melhor forma de aproveitar os recursos com vista à salvaguarda dos interesses da População. Não da realização de determinadas ações mais ou menos efémeras mas na tomada de decisões que tenham incidência duradoura na concretização ou defesa de ações ou infraestruturas com reflexo no bem-estar e na inclusão social de todos os cidadãos.

O orçamento apresentado contabiliza 4.481.900 € na rubrica “outras receitas correntes”. A experiência demonstra que no passado recente, em que este tipo de verbas rondou também os 4M€, verificou-se uma reserva do município relativamente aos mecenas.

A CDU considera que esta parcela assume um peso excessivo no orçamento municipal, numa conjuntura difícil e com muitos desafios, designadamente ao nível da poluição, onde a câmara deverá apresentar-se de “mãos livres” na afronta aos poluidores, na defesa intransigente da população.

A redução nas despesas com pessoal face ao ano transato ultrapassa largamente as obrigações impostas em sede de Orçamento de Estado de redução de 2% do n.º de trabalhadores, o que indica que a maioria PS pretende ir além do que o próprio Governo determina.

Continuamos a ter um orçamento onde está contemplado o recurso a contratos-tarefa, a Contratos de Emprego-Inserção (CEI) para suprir postos de trabalho efetivos. Também não é claro estarem cativas as verbas necessárias a suprir a possibilidade das progressões salariais para os trabalhadores já em 2015.

O orçamento apresentado pela maioria PS é coerente com a continuação da política no seu primeiro ano de mandato sem que tivesse apresentado soluções efetivas para os graves problemas de que padece a autarquia.

Em resumo, a CDU vota contra o Orçamento e as GOP(S) por considerar que os documentos não valorizam os trabalhadores da autarquia, apresentam receitas que não são suportadas em dados concretos e contêm em si opções políticas muito perigosas sob pena de tornar o município refém de interesses estranhos aos sinienses.

Documentos integrais

www.sines.pt

Área Autarquias > Governação Municipal

SIDI/PM/2014-12-10

Para solicitar mais informações sobre as notícias da nota use o email sidi@mun-sines.pt ou o telefone 269 630 665 (Serviço de Informação, Divulgação e Imagem).